



Exame de Ordem

Prova Objetiva

Aplicação: 29/8/2004

MANHÃ



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cem** questões do tipo múltipla escolha, cada uma com quatro opções (A, B, C e D), correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I 30/8/2004, a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 31/8/2004 a 2/9/2004 – Recursos (prova objetiva): em locais e horários que serão informados na divulgação dos gabaritos.
- III 28/9/2004 – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova prático-profissional: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet — www.cespe.unb.br.
- IV 29 e 30/9/2004 e 1.º/10/2004 – Recursos (prova prático-profissional): conforme será disciplinado no edital de divulgação do referido resultado.
- V 27/10/2004 – Resultado final da prova prático-profissional e do exame.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 5 do Edital n.º 1/2004 – OAB/ES, de 29/6/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Com relação ao direito constitucional, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Constituição da República de 1988, seguindo a tradição constitucionalista brasileira, foi promulgada por uma assembléia constituinte eleita exclusivamente para o fim de elaborá-la.
- Ⓑ No atual sistema constitucional, a convocação de uma assembléia nacional constituinte para elaborar uma nova constituição federal deve ser feita mediante emenda à atual Constituição da República.
- Ⓒ No sistema constitucional brasileiro, a União tem prevalência hierárquica sobre o estado do Espírito Santo.
- Ⓓ Nos quadros da dogmática jurídica contemporânea, os princípios constitucionais que definem direitos fundamentais ocupam o mesmo patamar hierárquico das normas constitucionais que regem o processo legislativo.

QUESTÃO 2

A Constituição da República é rígida porque

- Ⓐ contém cláusulas pétreas.
- Ⓑ a elaboração de emendas à Constituição envolve procedimentos e requisitos específicos que tornam a modificação do texto constitucional mais difícil que a alteração da legislação ordinária ou complementar.
- Ⓒ é necessária maioria qualificada para realizar alteração do texto constitucional.
- Ⓓ o exercício do poder constituinte decorrente restou limitado ao período de revisão constitucional.

QUESTÃO 3

A disposição constitucional que determina que “o Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos” é uma

- Ⓐ norma de eficácia contida, pois até hoje permanece sem regulamentação.
- Ⓑ norma de eficácia limitada, porque a criação do referido tribunal não depende apenas de decisão do legislador brasileiro.
- Ⓒ norma programática.
- Ⓓ quase-norma, pois inexistem sanções aplicáveis em razão do seu descumprimento.

QUESTÃO 4

Acerca de direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se dois motoristas multados por excesso de velocidade julgarem ilegal a aplicação da penalidade e decidirem impugná-la judicialmente, a ação cabível para anulá-la será o mandado de segurança coletivo.
- Ⓑ A Constituição da República permite que delegados de polícia determinem a prisão de suspeitos para fins de averiguação, desde que estes permaneçam detidos em salas individuais.
- Ⓒ Violaria a Constituição da República a aprovação de emenda constitucional que impusesse aos presos a obrigação de trabalharem quarenta horas semanais e determinasse que a renda obtida com esse trabalho seria revertida ao custeio do sistema penitenciário brasileiro.
- Ⓓ O direito constitucional de inviolabilidade do domicílio aplica-se apenas a imóveis residenciais.

QUESTÃO 5

Cada opção abaixo apresenta uma situação hipotética a respeito dos direitos da nacionalidade e do direito constitucional, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- Ⓐ Rodrigo é um turista argentino e foi preso em flagrante em uma praia do Espírito Santo. Nessa situação, Rodrigo não tem direito de impugnar a referida prisão por meio de *habeas corpus*, pois a Constituição da República garante esse direito somente a brasileiros e a estrangeiros residentes no país.
- Ⓑ Paulo é um brasileiro nato que foi condenado na França por tentativa de homicídio, mas que, apesar da ordem de prisão dirigida contra ele, conseguiu evadir-se da Europa e voltar ao Brasil. Nessa situação, se a França solicitar ao Brasil a extradição de Paulo, para que ele cumpra a pena a que foi condenado, tal pedido lhe será negado.
- Ⓒ Hugo, filho de pai brasileiro e mãe colombiana, nasceu na Colômbia e mudou-se para o Brasil em seu trigésimo aniversário. Nessa situação, ele não pode adquirir o *status* de brasileiro nato e, portanto, é-lhe vedado candidatar-se à presidência da República.
- Ⓓ Gutierrez, nascido na Venezuela, solicitou e obteve sua naturalização como cidadão brasileiro após ter concluído bacharelado em ciências jurídicas em faculdade brasileira. Nessa situação, mesmo que aprovado em concurso de provas e títulos, Gutierrez não poderá assumir o cargo de juiz de direito, pois tal investidura é restrita a brasileiros natos.

QUESTÃO 6

Amélia é uma brasileira pobre e Marcos é um rico empresário brasileiro. Por força constitucional, ambos têm direito a obter de forma gratuita

- A o registro civil de nascimento.
- B o registro de óbito.
- C a assistência jurídica prestada pelo Estado.
- D a celebração de casamento civil.

QUESTÃO 7

Um senador da República eleito pelo estado do Espírito Santo

- A é parte legítima para, isoladamente, propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- B tem mandato com duração correspondente a oito legislaturas.
- C não pode assumir, durante o período de seu mandato eletivo, cargo de presidente de empresa pública federal.
- D não pode ser processado, durante o curso do seu mandato, por crime comum ocorrido após sua diplomação.

QUESTÃO 8

Assinale a opção correta a respeito de direito constitucional.

- A Se o presidente da República vetar um artigo de projeto de lei regularmente aprovado pelo Congresso Nacional, tal veto poderá ser apreciado pelo Congresso Nacional, que, em sessão conjunta, poderá rejeitá-lo pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores.
- B Uma medida provisória que reduzisse alíquotas do imposto de renda seria incompatível com os mandamentos constitucionais.
- C Seria inválida uma medida provisória que concedesse aumento de salário aos agentes de polícia federal, pois a Constituição da República veda a utilização desse tipo de norma jurídica para a finalidade de aumentar a remuneração de servidores.
- D Seria inconstitucional decreto do presidente da República que estabelecesse rol exaustivo de cultos religiosos cujo exercício seria livre no território nacional, pois a definição dos cultos permitidos somente pode ser feita mediante lei federal.

QUESTÃO 9

Acerca da competência legislativa do estado do Espírito Santo, assinale a opção correta.

- A Incorreria em inconstitucionalidade uma lei editada pela Assembléia Legislativa estadual determinando a proibição do uso de capacetes por motociclistas nas vias urbanas do estado, em razão da reiterada ocorrência de assassinatos em que os homicidas não foram identificados por serem motociclistas que usavam capacetes.
- B Seria constitucional dispositivo de lei estadual que fixasse o salário mínimo a ser pago por empresas com sede no estado em um valor correspondente a 150% do salário mínimo fixado por lei federal.
- C Seria constitucional dispositivo de lei complementar estadual do Espírito Santo que atribuísse aos deputados estaduais iniciativa para propor lei alterando o salário dos servidores públicos estaduais.
- D Seria compatível com a Constituição da República a instituição de carreira específica de juiz eleitoral estadual mediante lei complementar do estado do Espírito Santo.

QUESTÃO 10

Assinale a opção correta acerca do Poder Judiciário.

- A Caso cometa crime de homicídio doloso durante o exercício do mandato, o governador de um estado federado deverá ser processado e julgado pelo tribunal de justiça do respectivo estado.
- B Se o governador do estado do Espírito Santo editasse regulamento incompatível com a Constituição desse estado, o procurador-geral de justiça poderia impugnar esse ato perante o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) mediante ação de inconstitucionalidade.
- C A criação de um tribunal de alçada no Espírito Santo pode ser realizada mediante lei complementar de iniciativa do TJES.
- D O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) é o órgão do Poder Judiciário estadual competente para processar e julgar os secretários de governo por crimes de improbidade administrativa.

QUESTÃO 11

A respeito do direito administrativo, assinale a opção correta.

- A Como ramo autônomo da ciência do direito, o direito administrativo é o conjunto de normas que rege a atividade administrativa do Poder Executivo.
- B A profusa criação de agências reguladoras ocorrida na segunda metade da década passada constitui um processo de descentralização administrativa, e não de mera desconcentração.
- C Contratos administrativos são aqueles em que ao menos uma das partes é um ente federativo ou uma entidade da administração indireta.
- D O escoamento *in albis* do prazo para a interposição de recurso administrativo contra um ato vinculado faz precluir o direito da administração de rever, de ofício, esse ato.

QUESTÃO 12

Atos administrativos discricionários

- A podem ser anulados por motivo de conveniência e oportunidade.
- B são sujeitos a controle judicial.
- C não podem ser revogados de ofício.
- D não se submetem ao princípio da motivação.

QUESTÃO 13

Considere, por hipótese, que uma notícia de jornal afirme que “uma empresa pública do estado do Espírito Santo nomeou dez empregados públicos aprovados no último concurso”. Quanto a essa informação hipotética, assinale a opção correta.

- A Como apenas as pessoas jurídicas de direito público são sujeitas à obrigação de admitir exclusivamente pessoal selecionado mediante concurso público, a realização do referido concurso deve ter sido facultativa.
- B Considerando que a expressão “empresa pública” tenha sido empregada de modo tecnicamente apropriado, então a referida empresa tanto poderia ser uma sociedade unipessoal quanto uma sociedade de economia mista.
- C Para ser tecnicamente correta, a notícia deveria, necessariamente, utilizar a expressão “servidores públicos” no lugar de “empregados públicos”.
- D A notícia considerada contém uma incorreção técnico-jurídica, pois empregados públicos não são sujeitos a nomeação.

QUESTÃO 14

Acerca dos bens públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Afirmar que um bem público foi desafetado significa asseverar que ele deixou de ser um bem de uso especial e passou a integrar o conjunto dos bens de uso comum do povo.
- Ⓑ Os potenciais de energia eólica são bens da União, pois são considerados bens públicos federais todos aqueles que a Constituição da República não atribui expressamente aos estados federados.
- Ⓒ Constituem parte do patrimônio público estadual os rios, as terras devolutas e os terrenos de marinha.
- Ⓓ É vedado ao estado do Espírito Santo desapropriar bens dominicais da União.

QUESTÃO 15

Considerando que a Fundação Espírito Santo (FES) é uma fundação que integra a administração do estado do Espírito Santo (ES), assinale a opção correta.

- Ⓐ A FES deve ser vinculada a um órgão da administração direta do ES.
- Ⓑ A FES pode ser extinta mediante decreto do governador do ES.
- Ⓒ Aos servidores da FES é aplicável a lei federal que estabelece os direitos e deveres dos servidores públicos civis.
- Ⓓ A FES é imune ao pagamento de impostos e taxas municipais, mas não ao pagamento de impostos e taxas federais.

QUESTÃO 16

Marina, atualmente desempregada e residente em Belo Horizonte – MG, foi nomeada na última sexta-feira para cargo público comissionado na administração direta do Espírito Santo, sendo que as funções inerentes a esse cargo deverão ser desempenhadas no município de Vitória – ES.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A validade da nomeação de Marina depende de sua prévia aprovação em concurso público.
- Ⓑ Seria descabido que Marina viesse a assinar um termo de posse no cargo para o qual foi nomeada, porque a investidura mediante posse é restrita a nomeações para cargos de provimento efetivo.
- Ⓒ É vedado ao estado do Espírito Santo conceder ajuda de custo a Marina para sua mudança de domicílio de Belo Horizonte – MG para Vitória – ES.
- Ⓓ O fato de ocupar cargo comissionado confere a Marina o direito de exercer funções de confiança.

QUESTÃO 17

Admita, por hipótese, que o estado do Espírito Santo pretende realizar licitação com o objetivo de selecionar uma pessoa jurídica para fazer o estudo de impacto ambiental (EIA) de uma ferrovia que o estado pretende construir entre Vitória – ES e Itapemirim – ES. Nessa situação,

- Ⓐ seria lícito realizar a referida licitação na modalidade pregão do tipo “técnica e preço”.
- Ⓑ seria vedado realizar a referida licitação na modalidade tomada de preços, independentemente do valor estimado da contratação.
- Ⓒ seria lícito realizar licitação do tipo “melhor técnica”.
- Ⓓ a realização do referido EIA é facultativa porque, dada a presunção de legitimidade dos atos administrativos, os entes federativos são dispensados da obrigação de realizar esse tipo de estudo, mesmo em caso de obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.

QUESTÃO 18

Suponha que Humberto ingresse com ação de reparação de danos contra o município de Vitória – ES, postulando indenização relativa a danos causados por ato que um agente desse município praticou no exercício regular de suas funções. Nessa ação judicial, em virtude de ser objetiva a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público por danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros,

- Ⓐ para que o pedido de Humberto seja julgado procedente, é desnecessária a comprovação de que o referido agente municipal atuou com dolo ou culpa.
- Ⓑ a avaliação da culpa do agente causador do dano tem de basear-se apenas em fatos objetivamente comprovados.
- Ⓒ Humberto pode postular somente a reparação de danos materiais, pois os parâmetros de fixação de danos morais dependem demasiadamente da subjetividade do juiz.
- Ⓓ a condenação do município a reparar o dano não lhe confere direito de regresso contra o agente causador do prejuízo, exceto se restar demonstrado que este agiu dolosamente.

QUESTÃO 19

Acerca do direito de família e das sucessões, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Para doar bens a um de seus descendentes, o ascendente não necessita do consentimento dos demais herdeiros, ao contrário do que ocorre na compra e venda e na permuta, pois, na hipótese da doação, há a presunção de adiantamento de legítima.
- Ⓑ É nulo o casamento celebrado com inobservância de impedimento, sendo que a declaração de nulidade desse casamento tem efeito *ex nunc*, ou seja, mesmo anulado, produz efeitos até a data da declaração de sua nulidade.
- Ⓒ Quando um descendente recebe uma doação de seu pai, devido a serviços que lhe prestou, essa doação não se sujeita à colação, mesmo que o bem doado ao herdeiro seja mais valioso que o quinhão hereditário a que teria direito.
- Ⓓ Desfeita a união estável, o companheiro poderá pleitear alimentos do outro, alegando que se encontra impossibilitado de prover a própria subsistência, mesmo que tenha dado causa à separação dos conviventes.

QUESTÃO 20

Com relação ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

- A Na sucessão *mortis causa* a título universal, o herdeiro recebe a totalidade ou uma fração determinada do patrimônio do *de cuius*.
- B Nos casos de comoriência, ou seja, de morte simultânea, em razão do mesmo acontecimento, o qual não permite a verificação da ordem cronológica dos falecimentos, presume-se que os mais velhos tenham morrido antes dos mais jovens.
- C Se um indivíduo falecer sem deixar descendentes, mas deixando bens e avós paternos e bisavó materna, os ascendentes herdarão por linha. Assim, a herança será dividida em partes iguais, ou seja, 50% para os avós paternos e 50% para a bisavó materna.
- D Declarada judicialmente a vacância da herança, os bens que a integram incorporam-se desde logo e definitivamente aos bens do Estado.

QUESTÃO 21

No tocante aos defeitos do ato e do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A Para caracterização do vício da simulação, com a conseqüente nulidade do negócio jurídico, é necessário que, na conduta do agente, ocorra a intenção de lesar terceiro.
- B Constatada a ocorrência de vício da simulação no negócio jurídico, admite-se a subsistência do ato dissimulado se este for válido na forma e na substância. Assim, na simulação, sobrevive o negócio jurídico dissimulado, que consistia na verdadeira intenção das partes, e aniquila-se o negócio jurídico simulado, que se apresenta no mundo real, mas veicula vontade enganosa.
- C O negócio jurídico é anulável, se atingido por erro de direito que recaia sobre norma cogente, bem como sobre norma dispositiva, ambas sujeitas ao livre acordo das partes, mesmo se tal transação fosse considerada legal por uma das partes.
- D O pagamento de dívida vencida efetuado pelo devedor insolvente a um de seus credores quirografários presume-se em fraude ao concurso de credores, o que obriga o beneficiado a devolver o que recebeu em proveito do acervo do devedor.

QUESTÃO 22

Acerca dos bens, assinale a opção **incorreta**.

- A Se, no contrato de compra e venda de um imóvel rural, nada se dispuser sobre o destino dos bens móveis que servem aos fins do imóvel, deve-se entender que esses bens não foram objeto da negociação.
- B Os produtos de uma exploração do solo são bens acessórios e, não obstante não terem existência própria, podem ser objeto de ato negocial por vontade das partes ou por circunstâncias do próprio negócio.
- C O direito à sucessão aberta é um bem incorpóreo considerado por lei como imóvel para que possa receber proteção jurídica.
- D São fungíveis os bens que, por sua qualidade individual, têm valor especial e não podem ser substituídos sem que haja alteração de seu conteúdo.

QUESTÃO 23

Considere, por hipótese, que tenha sido proposta ação de busca e apreensão de determinado veículo dado em alienação fiduciária, sob o argumento de que o réu, já constituído em mora, se encontrava inadimplente desde 2/2/2004, quando deixou de pagar as prestações referentes ao contrato de empréstimo/financiamento de bens com alienação fiduciária celebrado entre as partes. Em face dessa situação e de acordo com a legislação que rege a matéria e com a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os itens subseqüentes.

- I Poderá o juiz conceder a liminar para determinar a busca e apreensão do veículo objeto do mencionado contrato, mantendo-se a posse do veículo com o réu na condição de fiel depositário do referido bem.
- II A finalidade precípua da busca e apreensão, na alienação fiduciária, é a consolidação dos direitos inerentes à propriedade na pessoa que se apresentava como mero possuidor indireto.
- III Caso o réu, reconhecendo a dívida, proponha acordo para o pagamento do valor devidamente corrigido e o autor não aceite tal acordo, poderá o réu fazer o depósito em juízo, purgando a mora.
- IV Na ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, se este não é encontrado ou está fora da posse do devedor, faculta-se ao credor a conversão da ação em ação de depósito e o prosseguimento do feito nos próprios autos com a cobrança da dívida representada pelo equivalente em dinheiro ao bem financiado.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

QUESTÃO 24

No que se refere às obrigações, assinale a opção correta.

- A Ocorre a assunção de dívida quando um terceiro, estranho à relação obrigacional, assume a posição de devedor e se responsabiliza pela dívida, o que resulta em extinção da obrigação e exoneração do devedor primitivo.
- B Na hipótese de novação, havendo devedores solidários, pela nova obrigação respondem solidariamente todos os devedores, inclusive os que não participaram da novação, e sobre os seus bens subsistem as preferências e garantias do crédito novado.
- C A cláusula penal é um pacto acessório mediante o qual as partes contratantes estabelecem as perdas e danos a serem aplicados contra aquele que, culposamente, deixar de cumprir uma obrigação ou retardar o seu cumprimento.
- D Se a dívida vencer enquanto houver litígio entre credores, o devedor, mesmo tendo conhecimento da ação, poderá efetuar o pagamento a qualquer dos credores. Nesse caso, independentemente da decisão da ação, o pagamento será considerado válido e o devedor exonerado da obrigação.

QUESTÃO 25

No que concerne aos contratos, assinale a opção **incorreta**.

- A Havendo alienação de bem imóvel, próprio da empresa, não se faz necessária a outorga uxória ou marital. Se, contudo, essa mesma venda for realizada a um dos filhos dos donos da empresa, então, impor-se-á a dita outorga, bem como o consentimento dos demais descendentes.
- B A resolução do contrato em razão de inadimplemento, além de extinguir o contrato, obriga o responsável a pagar perdas e danos.
- C Se a resposta de aceitação, dada pelo destinatário da proposta, for extemporânea, não mais subsistirá a proposta e desaparecerá qualquer responsabilidade por parte do proponente, ou qualquer obrigatoriedade de sua parte em sustentar a proposta feita.
- D A responsabilidade do alienante por vícios redibitórios deve constar expressamente do contrato, pois a lei, como regra, respeita o que ficar acordado entre os contratantes, sendo certo, no entanto, que tal responsabilidade não subsiste se o alienante ignorava o vício ou o defeito da coisa.

QUESTÃO 26

Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A Se houve o dano, mas a sua causa não está relacionada com a conduta do agente, não há relação de causalidade nem obrigação de indenizar.
- B Dano emergente compreende aquilo que a vítima efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de ganhar com a ocorrência do fato danoso.
- C O ato praticado com abuso de direito, mesmo se não houver causado dano à vítima ou ao seu patrimônio, resulta em dever de indenizar em virtude da violação a um dever de conduta.
- D O dano patrimonial atinge os bens jurídicos que integram o patrimônio da vítima. Por patrimônio deve-se entender o conjunto das relações jurídicas de uma pessoa apreciáveis em dinheiro, bem como aqueles direitos integrantes da personalidade de uma pessoa.

QUESTÃO 27

A respeito do direito das coisas, assinale a opção **incorreta**.

- A A preferência das hipotecas entre os vários credores hipotecários se dará pela ordem de vencimento do título constitutivo. Assim, deve-se pagar integralmente o credor hipotecário cujo título vença primeiro e, após satisfeito este, ao segundo credor, ou ao terceiro, conforme a ordem cronológica do vencimento do título.
- B O direito de superfície se constitui mediante escritura pública regularmente registrada no registro de imóveis. Ao superficiário é concedido, por prazo determinado e a título gratuito ou oneroso, o direito de construir ou plantar sobre o terreno, bem como de dispor do direito, transferindo-o a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros.
- C Extinto o direito de superfície, o proprietário recuperará o pleno domínio sobre o terreno, bem como sobre as acessões e benfeitorias introduzidas no imóvel, via de regra, independentemente de qualquer indenização. A inversão dessa regra dependerá sempre de cláusula expressa.
- D A aquisição do domínio pode ser originária, quando o indivíduo adquire a propriedade do bem sem que este tenha sido transmitido por alguém, ou derivada, quando há transmissibilidade do domínio por ato *causa mortis* ou *inter vivos*.

QUESTÃO 28

Em relação aos pressupostos processuais, assinale a opção **incorreta**.

- A A procuração geral para o foro confere poderes ao advogado para a prática de todos os atos necessários ao desenvolvimento do processo e pode ser constituída por instrumento público ou particular, sendo desnecessário, neste último caso, o reconhecimento de firma.
- B Ainda que o outorgante seja absolutamente incapaz, é admissível a procuração por instrumento particular, pois quem pratica o ato é seu representante legal.
- C Salvo previsão expressa no instrumento, a procuração genérica não habilita o advogado a receber citação nem a praticar os denominados atos dispositivos, ou seja, aqueles mediante os quais as partes dispõem de direitos e faculdades substanciais ou processuais.
- D No processo civil, a procuração genérica não confere poderes para o advogado opor exceção de impedimento e suspeição do juiz.

QUESTÃO 29

Quanto à formação, ao desenvolvimento e à extinção do processo, assinale a opção correta.

- A A partir do momento em que o advogado comunica nos autos haver renunciado ao mandato outorgado pela parte, o processo fica suspenso até que a parte nomeie novo advogado, interrompendo-se todos os prazos em curso.
- B Proposta a ação pelo autor, a atividade jurisdicional não mais dependerá do constante impulso da parte para se desenvolver. Os atos de movimentação do processo, de instrução probatória e de julgamento acontecerão por dever de ofício dos encarregados da função jurisdicional.
- C Nas comarcas em que um só juízo se encarrega da jurisdição, a ação é considerada proposta a partir do momento em que o réu é citado.
- D Na hipótese de foro com vários juízos, ter-se-á como proposta a ação pelo deferimento da petição inicial pelo juiz a quem foi distribuída a causa, que se tornou competente para o feito.

QUESTÃO 30

Em relação aos sujeitos do processo, assinale a opção **incorreta**.

- A Para a formação do litisconsórcio, a lei não exige que os autores possuam legitimidade em todos os pedidos constantes da inicial.
- B Tratando-se de demanda que verse sobre domínio ou posse, se o réu, embora apontado pelo autor como responsável pela resistência ao reconhecimento do direito afirmado na inicial, for mero detentor da coisa, deverá nomear à autoria aquele que deve figurar no pólo passivo, por ser este o verdadeiro proprietário ou possuidor.
- C O responsável pelo prejuízo deve denunciar a lide quando agir cumprindo ordens ou instruções de terceiro.
- D Improcedente a pretensão inicial, resta prejudicada a denunciação formulada pelo réu, por perda superveniente do interesse de agir.

QUESTÃO 31

Com referência aos atos do juiz, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O juiz poderá prolatar sentença de extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, ainda que inexistir requerimento do réu nesse sentido.
- Ⓑ A sentença terminativa não faz coisa julgada material, visto que não se chegou a apreciar a substância da lide, podendo a parte renovar a propositura da ação.
- Ⓒ Cabe ao juiz que prolatou a sentença receber a apelação interposta pela parte, admitindo-a, ou não, em juízo provisório de admissibilidade.
- Ⓓ O juiz pode indeferir a petição inicial antes mesmo de determinar a citação do réu.

QUESTÃO 32

A respeito dos atos das partes, assinale a opção correta.

- Ⓐ O processo extinto por falta de litisconsorte necessário ou por ser reconhecidamente impossível o pedido de exigência de prestação não vencida não gera impedimento para que a parte proponha idêntica ação, em presença de todos os litisconsortes necessários ou para reclamar o pagamento da divisa já agora vencida e não satisfeita.
- Ⓑ A confissão e o reconhecimento do pedido são causas de extinção do processo com julgamento do mérito, em favor do autor, pois, em ambas as hipóteses, o réu admite a veracidade de fatos que lhe são desfavoráveis, acatando a juridicidade da pretensão do autor.
- Ⓒ Ao contestar a ação, o réu deve alegar as preliminares de natureza processual, também chamadas de exceção, cabendo-lhe contestar posteriormente o mérito da causa somente se o juiz rejeitar as preliminares argüidas.
- Ⓓ A réplica é o momento processual adequado para o autor aditar a inicial, incluindo os pedidos que deixou de fazer na inicial.

QUESTÃO 33

No que concerne a cautelares e antecipação da tutela, assinale a opção correta.

- Ⓐ De regra, a decisão que antecipa a tutela não pode ir além da sentença possível, que, por sua vez, está limitada pelo pedido inicial.
- Ⓑ Nada impede que o juiz antecipe a tutela nas causas que tramitam pelo procedimento sumário.
- Ⓒ Por força da fungibilidade entre as cautelares e as antecipações de tutela, se o autor, a título de antecipação de tutela, requer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os devidos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental no próprio processo.
- Ⓓ Os pressupostos para o deferimento da antecipação da tutela são idênticos aos da medida cautelar: *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

QUESTÃO 34

Em relação a processo e procedimento, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tramitam pelo rito sumário as causas de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico e de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre, desde que o valor da causa não exceda 60 vezes o valor do salário mínimo.
- Ⓑ Tramita pelo rito sumário ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, desde que a soma de doze prestações do valor pleiteado a título de pensão alimentícia não exceda 60 vezes o valor do salário mínimo.
- Ⓒ O autor tem liberdade para escolher entre o procedimento dos juizados especiais estaduais e o procedimento sumário.
- Ⓓ Nos ritos ordinário e sumário, se o autor não indicar o rol de testemunhas na petição inicial, preclui seu direito de apresentá-lo posteriormente.

QUESTÃO 35

Acerca dos recursos e da ação rescisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ O recurso de apelação e os de agravo — de instrumento e retido — possuem juízo de retratação, ou seja, pode o juiz, ao receber o recurso, reformar ou manter a decisão recorrida.
- Ⓑ O despacho meramente ordinatório não pode ser impugnado por agravo de instrumento porque, apesar de ser prolatado no curso do processo, não possui carga decisória.
- Ⓒ Cabem embargos infringentes de qualquer decisão proferida em apelação ou rescisória, desde que um dos votos tenha sido vencido, proferida a decisão por maioria.
- Ⓓ Se a parte deixou de interpor recurso extraordinário ou especial, cabíveis contra a decisão, não poderá, posteriormente, impugná-la por ação rescisória.

QUESTÃO 36

Com relação às causas de exclusão de ilicitude, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quanto ao estado de necessidade, o Código Penal brasileiro adotou a teoria diferenciadora alemã, que leva em consideração os bens em conflito, a fim de justificar se o estado de necessidade é exculpante ou justificante.
- Ⓑ Não há possibilidade de haver legítima defesa real recíproca.
- Ⓒ Ocorre legítima defesa sucessiva quando o sujeito age em legítima defesa em relação a dois agressores.
- Ⓓ Para que seja excluída a ilicitude de conduta nos casos de estrito cumprimento de dever legal e exercício regular do direito, a ação somente deve ser praticada por funcionário público no exercício de suas funções.

QUESTÃO 37

Assinale a opção **incorreta**, levando em consideração os elementos da culpabilidade.

- A O Código Penal brasileiro adotou o critério biopsicológico para aferição da imputabilidade do agente.
- B É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- C A emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal.
- D O erro de proibição, ainda que evitável, exclui a potencial consciência da ilicitude, isentando de pena, por consequência, o agente.

QUESTÃO 38

Não é considerado crime hediondo o(a)

- A extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada.
- B estupro.
- C lesão corporal de natureza grave.
- D desencadeamento de epidemia com resultado morte.

QUESTÃO 39

Com relação à aplicação da lei penal, assinale a opção **incorreta**.

- A Quanto ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiqüidade, pela qual considera-se praticado o crime no momento da ação ou do resultado.
- B A lei posterior, que de qualquer modo favoreça o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- C Ocorre a *abolitio criminis* quando a lei nova deixa de considerar determinado fato como crime, ocasionando a extinção da punibilidade dos fatos ocorridos anteriormente à edição da lei nova.
- D Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública, por quem estiver a seu serviço.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta.

- A No crime preterdoloso, há resultado diverso do pretendido, havendo dolo direto no antecedente e dolo eventual no consequente.
- B O dolo eventual ocorre quando o agente não assume o risco de produzir o resultado do crime, mas age com imprudência.
- C Ocorre culpa consciente quando o agente, embora preveja o resultado do crime, acredita sinceramente que ele não se produzirá.
- D O dolo eventual é punido com a pena do tipo doloso, reduzida de um a dois terços.

QUESTÃO 41

Com relação ao concurso de crimes, assinale a opção **incorreta**.

- A Ocorre o concurso material de crimes quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro.
- B Ocorre o concurso formal quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- C No concurso material, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que o agente haja incorrido.
- D De acordo com o entendimento do STJ, o benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.

QUESTÃO 42

Marília exigiu de Luciana, para si, em razão da função pública que exercia, vantagem consistente em R\$ 10.000,00.

Nessa situação hipotética, Marília cometeu o crime de

- A corrupção ativa.
- B corrupção passiva.
- C excesso de exação.
- D concussão.

QUESTÃO 43

Acerca da parte especial do direito penal, assinale a opção **incorreta**.

- A O furto é qualificado quando cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- B Ocorre o chamado homicídio privilegiado quando o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo depois de injusta provocação da vítima.
- C De acordo com a legislação vigente, não se pune o aborto praticado por médico, em caso de anencefalia do feto.
- D Na lesão corporal leve, a ação penal é pública e condicionada à representação.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta quanto à ação penal.

- A Na ação penal pública condicionada, a representação será retratável até a prolação da sentença de primeiro grau.
- B A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declare privativa do ofendido.
- C O direito de queixa, nas ações penais privadas, não pode ser renunciado, pois é direito personalíssimo.
- D Admite-se o perdão do ofendido, nos crimes de ação penal privada, em qualquer tempo e grau de jurisdição.

QUESTÃO 45

Assinale a opção **incorreta** de acordo com a súmula da jurisprudência dominante do STF.

- Ⓐ A admissibilidade de progressão no regime de execução da pena aplicada ao crime de tortura estende-se aos demais crimes hediondos.
- Ⓑ A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.
- Ⓒ A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- Ⓓ É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

QUESTÃO 46

Não caberá recurso em sentido estrito em

- Ⓐ decisão que não receber a denúncia ou queixa.
- Ⓑ decisão do tribunal do júri, quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- Ⓒ decisão que concluir pela incompetência do juízo.
- Ⓓ decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.

QUESTÃO 47

Eduardo, agente de polícia encarregado de desvendar a atividade de tráfico de drogas, induziu Márcio, suposto traficante, a fornecer-lhe certa quantidade de droga. Como Márcio não a possuía no momento, saiu do local e retornou minutos depois com a exata quantidade de entorpecente pedida por Eduardo que, no ato da entrega, lhe deu voz de prisão.

Na situação hipotética acima, ocorreu um flagrante do tipo

- Ⓐ esperado.
- Ⓑ preparado ou provocado.
- Ⓒ prorrogado.
- Ⓓ compulsório.

QUESTÃO 48

Com referência a inquérito policial (IP), assinale a opção correta.

- Ⓐ É peça indispensável à propositura da ação penal, tendo em vista que se destina a apurar a autoria e a materialidade do crime.
- Ⓑ Os vícios existentes no IP acarretam nulidades no processo subsequente.
- Ⓒ No IP, devem ser observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, sendo indispensável a assistência de advogado ao indiciado.
- Ⓓ Arquivado o IP por falta de provas, a autoridade policial poderá, enquanto não se extinguir a punibilidade pela prescrição, proceder a novas pesquisas e diligências, desde que surjam novas provas.

QUESTÃO 49

Com relação à sentença penal, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Não se aplica à sentença penal o princípio da correlação, segundo o qual deve haver congruência entre o fato descrito na petição inicial e o fato pelo qual o réu é condenado.
- Ⓑ No momento da prolação da sentença, o juiz pode dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, ocorrendo então a *emendatio libelli*.
- Ⓒ Ocorre a *mutatio libelli* quando, no momento da sentença, o juiz reconhece a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou na queixa. Nesse caso, o juiz deverá baixar o processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 dias, fale e, se quiser, produza prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.
- Ⓓ O réu pode apelar da sentença que o absolveu, a fim de que mude o fundamento legal de sua absolvição.

QUESTÃO 50

Não é princípio constitucional básico do júri popular o(a)

- Ⓐ plenitude do direito de defesa.
- Ⓑ sigilo nas votações.
- Ⓒ competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.
- Ⓓ soberania dos veredictos.

QUESTÃO 51

Com relação ao procedimento sumaríssimo, preceituado pelas Leis n.ºs 9.099/1995 e 10.259/2001, que dispõem sobre os juizados especiais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Consideram-se de menor potencial ofensivo os crimes punidos com reclusão ou detenção a que seja cominada pena máxima não superior a 2 anos, a partir do advento da Lei n.º 10.259/2001, que ampliou o conceito de crime de menor potencial ofensivo.
- Ⓑ O procedimento sumaríssimo do juizado especial criminal não se aplica na justiça federal.
- Ⓒ Na ação penal privada ou pública condicionada à representação, o acordo de composição dos danos civis não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- Ⓓ É cabível a transação penal nas ações penais privadas, sendo que a sentença homologatória não gera reincidência, mas antecedentes ou efeitos civis.

QUESTÃO 52

Quanto à suspensão condicional do processo, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime.
- Ⓑ A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- Ⓒ Expirado o prazo sem revogação, o juiz declarará extinta a punibilidade.
- Ⓓ Correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

QUESTÃO 53

Considerando as fontes do direito do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Sob a perspectiva econômica, a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII — e suas conseqüências na estruturação e disseminação do sistema capitalista — constituiu a fonte material básica do direito do trabalho.
- Ⓑ Sob a ótica sociológica, o processo de agregação de trabalhadores em empresas, cidades e regiões do mundo ocidental, favorecendo o surgimento de uma consciência social coletiva de índole reivindicatória, como resultado da expansão do sistema econômico, pode ser apontado como fonte material do direito do trabalho.
- Ⓒ Filosoficamente, correntes de pensamento tais como o trabalhismo, o socialismo cristão e o fascismo corporativista, entre outras, fundamentaram o direito do trabalho e por isso são consideradas fontes formais desse ramo da ciência jurídica.
- Ⓓ Sob o ponto de vista político, a ação articulada dos trabalhadores, buscando a melhoria de sua condição social com a participação dos sindicatos, tem operado como elemento indutor da positivação de normas legais trabalhistas, razão pela qual deve ser considerada fonte material do direito do trabalho.

QUESTÃO 54

Quanto aos princípios informativos do direito do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Como expressão do princípio da proteção, as normas jurídicas trabalhistas encerram núcleo mínimo de direitos que devem ser imperativamente observados pelos sujeitos da relação de emprego.
- Ⓑ Por aplicação do princípio da indisponibilidade ou da irrenunciabilidade de direitos trabalhistas, será nulo qualquer ato unilateral ou bilateral de despojamento patrimonial realizado pelo trabalhador, independentemente do momento em que venha a ser praticado: antes, durante ou após o encerramento da relação de emprego.
- Ⓒ O princípio da inalterabilidade lesiva do contrato de trabalho impede que o empregador promova a redução dos salários de seus empregados sem o concurso do sindicato profissional correspondente, ainda que em caso de força maior ou de prejuízos devidamente comprovados.
- Ⓓ O princípio da primazia da realidade consagra a noção civilista de que se deve, no exame das declarações de vontade, atentar mais para a efetiva intenção das partes, quando benéfica ao trabalhador, em detrimento de ajustes formais ou expressos em contrário.

QUESTÃO 55

Acerca das regras de prescrição e decadência no direito do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Para os trabalhadores urbanos, o prazo para o ajuizamento da ação é de dois anos a contar da extinção do contrato de trabalho, sob pena de prescrição da pretensão correlata.
- Ⓑ Embora não esteja previsto em lei, o prazo fixado pelo empregador para que seus empregados adiram a plano de desligamento incentivado é de natureza decadencial.
- Ⓒ Durante a vigência do contrato de trabalho, o trabalhador rural dispõe de cinco anos para ajuizar reclamação trabalhista, sob pena de prescrição da pretensão correlata.
- Ⓓ Para dispensar dirigente sindical que cometa falta grave, dispõe o empregador do prazo prescricional de 30 dias, a contar da suspensão aplicada.

QUESTÃO 56

A respeito dos sujeitos da relação de emprego, assinale a opção correta.

- Ⓐ O advogado contratado para a execução de pareceres jurídicos em caráter pessoal, oneroso e habitual, que labore 4 horas diárias, deve ser considerado empregado.
- Ⓑ Deve ser considerado empregado o trabalhador associado a cooperativa de mão-de-obra que preste serviços pessoais e onerosos, na condição de médico, em caráter ocasional, a determinado hospital.
- Ⓒ Qualifica-se como empregado o trabalhador contratado para executar a ampliação da residência de um servidor público, mediante preço certo e prazo previamente ajustados, sem ingerência do proprietário da obra na forma de sua execução.
- Ⓓ O trabalhador voluntário que presta serviços com ânimo e causa benevolente deve ser considerado empregado, se perceber valores habituais da instituição privada acolhedora.

QUESTÃO 57

Considerando as regras que fixam a responsabilidade concorrente no âmbito do direito do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ A responsabilidade solidária da empresa que compõe o mesmo grupo econômico que a empregadora apenas será reconhecida se for comprovado que também ela se aproveitou da mão-de-obra do trabalhador que reclama em juízo créditos decorrentes da relação de emprego.
- Ⓑ Verificada a relação de terceirização lícita e regular entre pessoas jurídicas de direito privado, não há espaço para a responsabilização subsidiária da empresa tomadora por créditos trabalhistas devidos pela empresa de prestação de serviços.
- Ⓒ Nos contratos de subempreitada, o empreiteiro principal não será responsável pelos créditos trabalhistas devidos pelo subempreiteiro, se comprovar ter efetuado todos os pagamentos previstos no contrato.
- Ⓓ Em caso de falência das empresas de trabalho temporário, a empresa tomadora de seus serviços é solidariamente responsável pela indenização e pela remuneração previstas na legislação aplicável.

QUESTÃO 58

Acerca do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Celebrado em caráter experimental, terá prazo máximo de 90 dias, dentro dos quais poderá ser objeto de uma única prorrogação.
- Ⓑ Poderá ser firmado por trabalhador com idade de 13 anos, mas será válido apenas se contar com a assistência de seu representante legal ou do Ministério Público do Trabalho.
- Ⓒ O novo proprietário de uma empresa tem a possibilidade de uma revisão ampla das cláusulas dos contratos de trabalho firmados antes da aquisição, observados, contudo, os preceitos mínimos previstos na legislação laboral.
- Ⓓ Será nulo de pleno direito, não gerando nenhum efeito, o contrato de trabalho que não for firmado de modo expreso, ainda que verbalmente.

QUESTÃO 59

No que se refere às regras que informam a remuneração e o salário, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ As gorjetas recebidas dos clientes pelo garçom de um restaurante integram a sua remuneração.
- Ⓑ Os pagamentos devidos ao trabalhador devem ser feitos mensalmente, salvo disposição em contrário, prevista no contrato firmado com seu empregador.
- Ⓒ As diárias para viagens que não excedam 50% do salário do empregado não possuem natureza salarial.
- Ⓓ Em caso de dano causado dolosamente pelo empregado, será lícito o desconto salarial correspondente, independentemente de previsão no contrato.

QUESTÃO 60

Considerando as regras legais relativas à jornada de trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ As horas prestadas a partir da oitava hora diária por bancário ocupante de cargo de chefia e que perceba gratificação igual ou superior a um terço do salário são extras.
- Ⓑ Verificado o labor por nove horas diárias em quatro dias da semana e oito horas no quinto dia subsequente, com duas folgas semanais, pelo empregado de uma padaria, não serão devidas horas extras, caso exista acordo escrito prevendo o sistema horário praticado.
- Ⓒ Nas atividades insalubres, o trabalho extraordinário pode ser prestado sem restrições, observando-se apenas o limite de duas horas diárias.
- Ⓓ O empregado que exerce atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, desde que tal condição esteja anotada na carteira profissional e no registro de empregados, não faz jus a horas extras.

QUESTÃO 61

Acerca dos princípios do direito processual do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por aplicação do princípio da proteção, havendo polêmica judicial acerca da existência de horas extras, o ônus da prova caberá sempre ao sujeito que habita o pólo passivo da relação jurídica processual.
- Ⓑ Tendo em vista o princípio do *jus postulandi*, admite-se que o trabalhador postule diretamente aos órgãos do Poder Judiciário sem o concurso de advogados, excepcionados os casos em que se discuta a existência de justa causa ou de estabilidade decorrente de gravidez.
- Ⓒ Como manifestação do princípio do impulso processual de ofício, deve o juiz, obrigatoriamente, dar andamento às execuções, independentemente de qualquer provocação dos interessados.
- Ⓓ Do princípio da concentração, fundado em noções de celeridade, simplicidade e economia processual, decorrem os postulados da imediação e da oralidade.

QUESTÃO 62

A respeito das regras que informam as nulidades no âmbito do processo do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em nenhuma hipótese, a parte demandada está desobrigada de suscitar a nulidade processual resultante da incompetência territorial, sob pena de convalidação.
- Ⓑ Não há preclusão quando a parte prejudicada com o indeferimento da produção de prova pericial, ocorrido em audiência, apenas questiona a nulidade processual por cerceio de defesa por ocasião do recurso ordinário aviado contra a sentença terminativa proferida.
- Ⓒ A competência da justiça do trabalho para julgar indenização por dano moral resultante de acidente de trabalho será prorrogada caso a parte demandada deixe de suscitar tal questão por ocasião de sua resposta.
- Ⓓ Proclamada a nulidade processual, todos os atos ulteriores serão nulos, ainda que não dependam daquele ato anterior viciado.

QUESTÃO 63

Considerando as regras que informam o procedimento ordinário observado nas ações individuais na justiça do trabalho, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A audiência destinada à instalação da *litiscontestatio* em ação movida contra pessoa jurídica de direito privado deve ser realizada com prazo mínimo de cinco dias, a partir da data da notificação citatória.
- Ⓑ Necessariamente, a petição inicial tem de ser escrita e conter o valor da causa, o pedido e a causa de pedir, além da correta qualificação dos litigantes e da indicação do juízo para o qual ela é dirigida, sob pena de inépcia.
- Ⓒ Quando ainda não estiver instalada a *litiscontestatio*, o comparecimento da parte reclamada à audiência é obrigatório, sob pena de configuração de revelia e confissão ficta.
- Ⓓ A ausência do reclamante à audiência determina o arquivamento do feito, salvo se já produzida defesa nos autos pela parte reclamada.

QUESTÃO 64

A propósito das provas na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Nas ações que tenham por objeto falta grave supostamente praticada por empregado detentor de estabilidade provisória no emprego, o número máximo de testemunhas é seis por litigante.
- B** A testemunha que demandar contra o ex-empregador, em situação semelhante à do autor que a convida a comparecer em juízo, não prestará compromisso, valendo seu depoimento como simples informação.
- C** A critério dos magistrados que presidem as instruções, a prova pericial é sempre admissível na justiça do trabalho, salvo nos casos em que se discuta direito a adicional de insalubridade ou periculosidade, em que a sua produção será obrigatória, sob pena de nulidade.
- D** A parte autora pode apresentar os documentos essenciais à propositura da ação a qualquer tempo, desde que antes da prolação do julgamento.

QUESTÃO 65

A respeito da competência dos órgãos da justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Nas ações propostas por mais de dez empregados, em litisconsórcio facultativo, envolvendo a nulidade de norma regulamentar editada pelo empregador, a competência será deslocada à segunda instância, em razão da necessidade de se assegurar tratamento uniforme a todo o conjunto de empregados da empresa.
- B** O conflito entre um grande empreiteiro e o indivíduo que contrata seus serviços está inserido na competência da justiça do trabalho.
- C** Para julgar as ações civis propostas pelo Ministério Público do Trabalho, a competência pertence aos órgãos de primeira instância, excepcionada a hipótese em que reste demonstrado que o alcance da lesão suplanta o limite territorial da competência desses órgãos, caso em que será transferida ao tribunal regional competente.
- D** O conflito entre uma empresa e o sindicato profissional correspondente, resultante da incidência de preceito normativo ajustado em acordo coletivo de trabalho, é da competência da justiça do trabalho.

QUESTÃO 66

Quanto ao procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Aplicável às ações que tenham por objeto pretensões cujo valor não suplante sessenta salários mínimos, não há possibilidade de fracionamento da audiência, a qual deve ser realizada em uma única oportunidade, sob pena de nulidade.
- B** Sobrevindo condenação em ação proposta sob o rito sumaríssimo em face de autarquia federal, será obrigatória a submissão da sentença ao duplo grau de jurisdição, sob pena de nulidade.
- C** Inexistindo indicação do valor do pedido deduzido, deve o magistrado indeferir de plano a inicial, arquivando a reclamação.
- D** Cada parte pode indicar até três testemunhas, que devem comparecer à audiência em qualquer hipótese, independentemente de intimação, sob pena de preclusão.

QUESTÃO 67

Acerca dos recursos na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Contra a decisão judicial proferida em audiência, que indefira a produção de provas testemunhais, admite-se a interposição de agravo de instrumento.
- B** Não é cabível a interposição de recurso contra a decisão judicial que concede a antecipação dos efeitos da tutela, ordenando a reintegração do reclamante ao emprego, antes da apresentação da resposta pelo reclamado.
- C** Proferida a sentença de liquidação, o recurso cabível é o agravo de petição, no prazo de oito dias.
- D** Julgado o dissídio coletivo pelo tribunal regional, admite-se a interposição de recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 68

A respeito da execução no âmbito da justiça do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Confeccionados os cálculos de liquidação pela contadoria judicial, pode o juiz conceder vista às partes ou proferir a sentença correspondente, segundo julgar mais conveniente para o melhor encaminhamento do feito, sem que ocorra ofensa ao princípio do devido processo legal.
- B** Citado o devedor, abre-se a oportunidade para que garanta o juízo, no prazo de cinco dias, sob pena de penhora livre de seus bens por oficial de justiça.
- C** Nos embargos à execução, a parte executada pode argüir a prescrição, ainda que parcial, do crédito exequendo, visando a redução do montante apurado contra si.
- D** Depois de instaurada a execução, a quitação da dívida apenas poderá ser processada em juízo, notadamente quando estiver pendente crédito previdenciário, sob pena de ineficácia.

QUESTÃO 69

Considere que Celso, advogado inscrito na OAB/ES, foi recentemente aprovado em concurso público para provimento de cargo de procurador do estado do Espírito Santo, sendo que amanhã ele tomará posse e entrará em exercício no cargo. Nessa situação, a inscrição de Celso na OAB/ES

- A** deverá ser suspensa enquanto ele permanecer no exercício do referido cargo.
- B** deverá ser cancelada, mas, caso venha a se reinscrever, ele terá direito a restaurar seu número original de inscrição.
- C** somente poderá ser mantida caso ele permaneça licenciado durante o período em que estiver investido no referido cargo, licença essa que o tornaria isento do pagamento da anuidade à OAB/ES.
- D** deverá ser mantida, pois a advocacia pública somente pode ser exercida por advogados regularmente inscritos na OAB.

QUESTÃO 70

Se um advogado, em determinado estado da Federação, tiver suas prerrogativas profissionais desrespeitadas por um juiz de direito daquele estado,

- Ⓐ o respectivo conselho seccional da OAB poderá promover, de ofício, desagravo público do advogado.
- Ⓑ será dispensável a realização de sessão pública de desagravo, desde que o conselho seccional pertinente promova a publicação de uma mensagem de desagravo público em jornal de grande circulação no estado.
- Ⓒ dado que o direito ao contraditório é constitucionalmente garantido apenas no âmbito dos processos judiciais, seria permitido que a OAB realizasse desagravo público sem conceder, previamente, a oportunidade ao referido juiz de manifestar-se acerca dos fatos motivadores do desagravo.
- Ⓓ caso o advogado dispense a realização do desagravo público, o respectivo conselho seccional da OAB deverá convertê-lo em privado, enviando mensagem reservada de desagravo ao referido juiz.

QUESTÃO 71

Helena foi aprovada em exame de ordem realizado pela OAB/ES, mas, por motivo de saúde, encontra-se impedida de comparecer à solenidade em que os bacharéis aprovados no referido exame prestarão compromisso perante a OAB/ES.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Helena será dispensada de prestar o referido compromisso, desde que comprove devidamente a impossibilidade de seu comparecimento.
- Ⓑ Helena poderá prestar o compromisso mediante procurador constituído por instrumento público, desde que o mandatário seja advogado regularmente inscrito na OAB.
- Ⓒ Mesmo sendo impossível o seu comparecimento à referida solenidade, Helena somente poderá ser inscrita como advogada depois de prestar pessoalmente compromisso perante a OAB/ES.
- Ⓓ Desde que esteja inscrita como estagiária perante a OAB/ES, Helena poderá ser inscrita como advogada sem prestar o referido compromisso.

QUESTÃO 72

Considerando que Douglas seja advogado empregado na consultoria jurídica de uma grande empresa, assinale a opção correta.

- Ⓐ Será nula disposição contratual que defina regime de dedicação exclusiva para Douglas.
- Ⓑ Por ser Douglas advogado empregado, somente fará jus a receber honorários de sucumbência caso esse direito esteja expressamente previsto em seu contrato de trabalho.
- Ⓒ Os honorários de sucumbência recebidos por Douglas devem integrar a base de cálculo de sua gratificação natalina.
- Ⓓ Caso venha a desligar-se futuramente da empresa, a Douglas será vedado patrocinar causa voltada à anulação de ato em cuja elaboração ele tenha participado.

QUESTÃO 73

O advogado Wilon compareceu a uma vara cível e, mesmo não tendo procuração nos autos, pediu para examinar um processo em que figurava como autor um tio seu.

A propósito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Um motivo suficiente para o indeferimento do pedido de Wilon seria o fato de o referido processo já ter sido encerrado e arquivado.
- Ⓑ O pedido de Wilon deve ser deferido, desde que o referido processo não esteja submetido a sigilo.
- Ⓒ A ausência de procuração nos autos seria motivo suficiente para o indeferimento do pedido de Wilon, exceto se ele provasse, documentalmente, seu parentesco com o autor da ação.
- Ⓓ A solicitação de Wilon deve ser negada, pois advogados somente têm direito de examinar processos judiciais em que atuem como procuradores.

QUESTÃO 74

Na situação em que um advogado venha a ser condenado pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/ES pela prática de infração disciplinar punível com suspensão, o fato de o advogado ser conselheiro suplente da OAB/ES

- Ⓐ deve ser considerado circunstância atenuante da sanção a ser aplicada.
- Ⓑ deve ser considerado circunstância agravante da sanção a ser aplicada.
- Ⓒ não deve influenciar na fixação da sanção, sob pena de nulidade do processo.
- Ⓓ tornará nula a condenação, pois o julgamento desse processo disciplinar seria de competência do Conselho Federal da OAB.

QUESTÃO 75

Após ter ouvido elogios ao trabalho de Maria, que integra a Maciel Advogados, sociedade de advogados sediada no estado do Espírito Santo, Zózimo decidiu contratar essa empresa para representá-lo em uma ação judicial.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Maciel Advogados, por ser pessoa jurídica, encontra-se fora da incidência do Código de Ética e Disciplina da OAB (CED-OAB), já que esse diploma normativo estabelece direitos e deveres apenas para pessoas físicas.
- Ⓑ O fato de Maria integrar a referida sociedade impede que ela seja sócia de qualquer outra sociedade de advogados com sede no estado do Espírito Santo.
- Ⓒ A Maciel Advogados pode adotar tanto a forma de sociedade limitada quanto a forma de sociedade anônima.
- Ⓓ Por ter efetuado contrato com a Maciel Advogados, Zózimo deve outorgar procuração *ad judicium* à própria sociedade, sendo desnecessário, no instrumento de mandato, nomear individualmente os advogados que compõem a sociedade.

QUESTÃO 76

De acordo com o CED-OAB, ao advogado é permitido

- A apresentar-se, em publicidade veiculada em um sítio da Internet, como especialista em *habeas corpus* e anulação de multas de trânsito.
- B fixar, na frente de seu escritório, placa em que se identifique como ex-desembargador do TJES.
- C publicar, em jornal, anúncio publicitário discreto e moderado, com finalidade exclusivamente informativa.
- D utilizar-se de *outdoor* publicitário, ainda que este seja discreto tanto no conteúdo como na forma.

QUESTÃO 77

A respeito da legalidade tributária, assinale a opção correta.

- A Medida provisória não pode regular matéria tributária.
- B Somente lei complementar pode tratar de instituição ou majoração de tributos.
- C As alíquotas dos impostos de importação, de exportação e sobre produtos industrializados podem ser fixadas por ato normativo do Poder Executivo federal.
- D As bases de cálculo do imposto municipal sobre a propriedade urbana e do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores podem ser fixadas por decreto.

QUESTÃO 78

Considere que o governo tenha publicado medida provisória em 11/11/2003, que trata da majoração da tabela de alíquotas do imposto de renda. Acerca dos efeitos dessa medida, assinale a opção correta.

- A A nova tabela produziu efeitos noventa dias após sua publicação, alcançando os rendimentos auferidos após essa data-limite.
- B A nova tabela produziu efeitos a partir de 11/11/2003.
- C A nova tabela alcançou os rendimentos auferidos a partir de 11/11/2003.
- D A nova tabela produziu efeitos a partir de 1.º/1/2004, após a conversão da medida provisória em lei, com a publicação da lei no Diário Oficial até o dia 31/12/2003.

QUESTÃO 79

Acerca da limitação ao poder de tributar introduzida pela Emenda Constitucional n.º 42/2003 — denominada anterioridade nonagesimal ou princípio da não-surpresa —, assinale a opção **incorreta**.

- A Como regra geral, tributos, tais como impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições de intervenção no domínio econômico e contribuições sociais, poderão provocar efeitos financeiros no mesmo exercício em que for publicada sua lei de instituição ou majoração, se decorrido o prazo de noventa dias.
- B Os empréstimos compulsórios, quando instituídos para atender às despesas decorrentes de investimento público de caráter urgente e relevante, devem observar o prazo de noventa dias, em atenção ao princípio da não-surpresa.
- C A alteração de base de cálculo dos impostos sobre a propriedade urbana e sobre a propriedade de veículos automotores não está sujeita à observação do prazo de noventa dias.
- D Não se submetem à regra de anterioridade nonagesimal os impostos de importação, de exportação e de renda.

QUESTÃO 80

Os recursos provenientes de impostos não podem ser vinculados a órgão, fundo ou despesa, como determina o princípio constitucional da não-afetação ou não-vinculação. Entretanto, são exceções e podem receber garantia legal de vinculação em orçamento de parte da arrecadação de impostos as despesas

- A de pagamento de servidores públicos.
- B com ensino.
- C com saúde e segurança.
- D de pagamento de prestações de empréstimos e financiamentos.

QUESTÃO 81

Assinale a opção **incorreta**.

- A A lei tributária que outorga benefício tributário de isenção pode ser interpretada extensivamente.
- B O emprego da analogia não pode resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- C A lei tributária expressamente interpretativa pode retroagir para instituir cobrança sobre fato gerador passado.
- D O emprego da analogia não pode resultar na criação de hipótese de incidência.

QUESTÃO 82

Considere que o Poder Executivo Municipal tenha editado decreto que majore a alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) incidente sobre a prestação de serviços de profissionais liberais de nível superior. Nesse caso, a decisão violou o princípio da

- A anualidade.
- B anterioridade.
- C irretroatividade.
- D legalidade.

QUESTÃO 83

Assinale a opção **incorreta** a respeito de lançamento tributário.

- A Denomina-se lançamento o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, se for o caso, propõe aplicação da sanção cabível.
- B O lançamento de um tributo é atividade administrativa vinculada.
- C O lançamento por declaração caracteriza-se pela maior participação do contribuinte, que efetua a determinação da obrigação tributária e o pagamento antecipado do tributo, sem prévio exame da autoridade tributante.
- D Ocorre lançamento por declaração mesmo quando as informações acerca da matéria de fato tiverem de ser prestadas por terceiro legalmente obrigado.

QUESTÃO 84

O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em condições previstas no Código Tributário Nacional, as quais **não** incluem o(a)

- A impugnação do sujeito passivo.
- B ato de ofício da autoridade administrativa, embasado em comprovação de dolo, fraude ou simulação do contribuinte ou de terceiro em seu favor.
- C ato de ofício da autoridade administrativa, embasado em comprovação de fraude ou falta funcional da autoridade que efetuou o lançamento.
- D retificação da declaração por iniciativa do próprio contribuinte, com vistas a reduzir ou excluir tributo.

QUESTÃO 85

Acerca do direito de empresa, assinale a opção correta.

- A Considere que, em 5/4/2004, Alessandra e Cristine decidiram formar determinada sociedade, cujos atos constitutivos só foram inscritos no registro próprio em 6/7/2004. Nesse caso, durante o período compreendido entre 5/4/2004 e 6/7/2004, a sociedade não possuiu personalidade jurídica.
- B Considere que Joana e Márcia sejam sócias da sociedade empresária Elite Segurança Ltda. Nessa situação, Joana e Márcia são consideradas empresárias, conforme disposições do Código Civil.
- C Não há impedimento legal à contratação de sociedade empresária entre cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens.
- D A sociedade que, no exercício de atividade de natureza científica, produza bens e serviços de consumo é considerada empresária, em conformidade com o atual ordenamento civil.

QUESTÃO 86

Quanto às sociedades limitadas, assinale a opção **incorreta**.

- A Considere que Antônio e Francisco sejam sócios de determinada sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Nessa sociedade, o capital social é de R\$ 400.000,00 e cada sócio subscreveu uma cota de R\$ 200.000,00. Antônio integralizou sua cota, mas Francisco tornou-se inadimplente e não dispõe de recursos pecuniários para solver sua dívida com a sociedade. Em face dessa situação, Antônio deverá arcar com a integralização da cota subscrita por Francisco.
- B O capital social de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais.
- C Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, o capital social pode ser majorado após a integralização das quotas, sendo desnecessária qualquer alteração no ato constitutivo da sociedade.
- D Considere a seguinte situação hipotética. Felipe, Ricardo e Pablo são sócios de determinada sociedade por quotas de responsabilidade limitada e, mesmo na ausência de disposição em contrato social nesse sentido, Felipe deseja ceder a totalidade de suas quotas a Pablo. Nessa situação, o ato de cessão entre Felipe e Pablo independará da audiência de Ricardo.

QUESTÃO 87

A sociedade anônima ou companhia é pessoa jurídica de direito privado, de natureza eminentemente mercantil, em que o capital se divide em ações de igual valor nominal, quando assim emitidas, ou sem valor nominal, ações essas de livre negociabilidade, limitando-se a responsabilidade dos subscritores e dos acionistas que nela posteriormente ingressarem ao preço de emissão das ações por eles subscritas ou adquiridas.

Modesto Carvalhosa. *Comentários ao Código Civil. Parte especial: do direito de empresa*. São Paulo: Saraiva, 2003, v. XIII, p. 365-6 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta quanto às sociedades anônimas.

- A A razão social é a forma de designar a sociedade anônima e deve ser acompanhada da expressão “companhia” ou “sociedade anônima”.
- B Se os sócios de determinada sociedade anônima convocarem assembléia geral da qual resultem deliberações contrárias ao estatuto social da companhia, a ação para a anulação dessas deliberações prescreverá em 2 anos, contados da data da assembléia.
- C Considere a seguinte situação hipotética. Daniel foi nomeado administrador de uma sociedade anônima que, durante sua gestão, sofreu prejuízos de ordem patrimonial. Nessa situação, Daniel será pessoalmente responsável pelos prejuízos causados à sociedade anônima, mesmo que tenha agido nos limites da lei e do estatuto social.
- D As ações da sociedade anônima são classificadas em nominativas, endossáveis, ao portador ou escriturais.

QUESTÃO 88

Acerca da escrituração das sociedades empresárias, assinale a opção **incorreta**.

- A Atualmente, o diário é o único livro empresarial comum obrigatório. Assim, os livros razão, caixa e estoque são facultativos.
- B Se o administrador de determinada sociedade empresária, por esquecimento, se abster de efetuar a autenticação dos livros empresariais dessa sociedade, tal omissão resultará em impedimento legal para eventual pedido de concordata por parte da sociedade.
- C À exceção das hipóteses expressamente previstas em lei, é vedado a juiz de direito ordenar diligência para constatar se determinada sociedade empresária observa a correta escrituração de seus livros empresariais.
- D Em conformidade com as disposições do atual Código Civil, as microempresas e as empresas de pequeno porte estão dispensadas de manter escrituração fiscal e empresarial.

QUESTÃO 89

Acerca do instituto dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considerando situação hipotética em que Armando e Batista tenham firmado contrato de compra e venda, no qual Batista, comprador, tenha emitido cédula de cheque para pagamento da dívida contraída, o título de crédito emitido representa a própria obrigação contraída e com ela se confunde.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética. João solicitou a José, colega de trabalho, empréstimo de R\$ 8.500,00 e, para garantir o pagamento da dívida, entregou a este um cheque representativo do valor emprestado. Passado o período estipulado para o pagamento, José procurou João para receber a importância devida e, nesse momento, comunicou ao colega que havia perdido o cheque, do qual possuía cópia. Diante desse fato, João recusou-se a efetuar o pagamento e manifestou-se no sentido de que não pretendia pagar, mesmo que José possuísse o referido título. Nessa situação, José poderá ajuizar ação de execução contra João, utilizando-se da cópia do cheque emitido para saldar a dívida.
- Ⓒ Em conformidade com o atual ordenamento civil, os títulos de crédito podem ser emitidos em computador.
- Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética. Pedro pretende transferir a outrem, por endosso, a propriedade de uma nota promissória representativa da importância de R\$ 15.000,00. Nessa situação, Pedro poderá efetuar a transferência do título por meio de contrato escrito, devidamente registrado em cartório.

QUESTÃO 90

Cada uma das opções a seguir, referentes ao cheque e à nota promissória, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja **incorreta**.

- Ⓐ Uma compradora, no ato de pagamento de mercadorias que selecionara em loja de roupas femininas, preencheu cédula de cheque e a entregou ao caixa da loja. Contudo, o caixa recusou-se a receber o título de crédito, por desconhecer o banco sacado. Nessa situação, o caixa da loja não praticou ilícito.
- Ⓑ Mauro efetuou contrato de compra e venda com Marcelo e, para o pagamento previsto no contrato, emitiu cédula de cheque no valor de R\$ 550,00. Nessa situação, deve constar do título de crédito, por determinação legal, o nome do respectivo beneficiário, ou seja, Marcelo.
- Ⓒ Por força de contrato firmado entre particulares, foram emitidas várias notas promissórias. Considerando que o portador dos referidos títulos decidiu transferir a titularidade destes por endosso, após endossados, estes passam a representar dívidas autônomas.
- Ⓓ Ana firmou contrato de abertura de crédito com determinada instituição bancária e, para garantir o cumprimento das obrigações contraídas, emitiu uma nota promissória. Nessa situação, a nota promissória é considerada título de crédito, com todas as características inerentes a quaisquer títulos dessa natureza, ou seja, literalidade, cartularidade e autonomia.

QUESTÃO 91

Cada uma das opções seguintes, referentes a falências e concordatas, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- Ⓐ Determinada sociedade cooperativa realizou vários negócios jurídicos simulados, considerados atos de falência, na tentativa de fraudar credores. Nessa situação, pode ser requerida a declaração de falência dessa sociedade.
- Ⓑ A sociedade empresária Melhor Administração Ltda. impetrou concordata suspensiva. Ao julgar o mérito, o juízo falimentar decidiu não conceder a concordata. Nessa situação, cabe recurso de agravo de instrumento contra a sentença proferida.
- Ⓒ Determinada sociedade empresária vem praticando, nos últimos três meses, vários atos de falência. André, sócio e possuidor de 2% do capital social dessa sociedade, pretende requerer declaração de falência dessa pessoa jurídica. Nessa situação, André não está apto a requerer a falência por possuir menos de 10% do capital social da sociedade.
- Ⓓ A sociedade empresária Serviços Ltda. impetrou concordata em 5/6/2003, tendo cumprido, pontual e regularmente, as obrigações impostas pela autoridade judicial. Nessa situação, a referida sociedade poderá impetrar novo pedido de concordata a partir do dia 5/6/2005.

QUESTÃO 92

Cada uma das opções abaixo, referentes a contratos empresariais, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja **incorreta**.

- Ⓐ Marta firmou contrato de alienação fiduciária em garantia com determinada instituição financeira. Nessa situação, caso Marta se torne inadimplente, a instituição financeira está obrigada a promover ação de cobrança e a requerer a venda do bem alienado em leilão.
- Ⓑ Laura e Bernardo decidiram firmar contrato de representação comercial. Nessa situação, tal contrato deverá conter, obrigatoriamente, a indicação do local em que será exercida a representação.
- Ⓒ Joaquim firmou contrato de franquia com determinada sociedade empresária. Nessa situação, esse contrato terá validade independentemente de registro em cartório de registros públicos.
- Ⓓ Adalberto celebrou com Bento contrato de comissão. Bento, no exercício regular de suas atribuições de comissário, firmou contrato com Célio, o qual se tornou inadimplente. Nessa situação, Bento não responderá pela inadimplência de Célio.

QUESTÃO 93

Para a apresentação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos de petição individual contendo denúncias ou queixas de violação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos por um Estado-parte, devem-se cumprir pressupostos processuais e de admissibilidade. Considerando esses pressupostos, a parte peticionária

- A) pode ser qualquer pessoa ou grupo de pessoas ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos.
- B) deve constituir advogado.
- C) deve demonstrar a sua condição de vítima ou comprovar a autorização expressa da vítima ou dos familiares desta.
- D) deve comprovar, em qualquer caso, que interpôs e esgotou, previamente, todos os recursos de jurisdição interna.

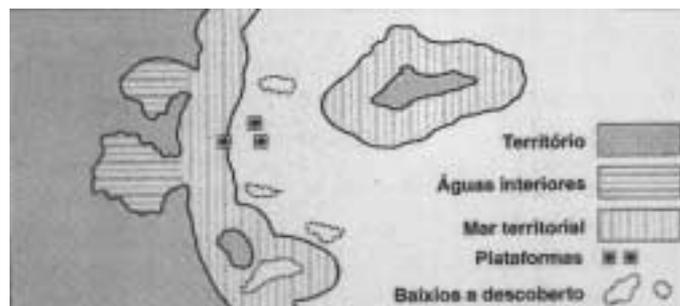
QUESTÃO 94

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime jurídico dos tratados internacionais sobre direitos humanos no direito brasileiro, segundo os argumentos expostos nas teses majoritárias da jurisprudência do STF.

- I As normas de proteção de direitos humanos constantes dos tratados internacionais devidamente ratificados pelo Estado brasileiro possuem hierarquia constitucional.
- II Havendo conflito entre uma norma constitucional e uma norma de proteção dos direitos humanos enunciada em tratado internacional devidamente ratificado pelo Estado brasileiro, deverá prevalecer a norma mais favorável à suposta vítima.
- III Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro por meio de processo legislativo semelhante ao da lei ordinária federal, pois não se admite tratado internacional com força de emenda constitucional.
- IV As normas constantes de tratados internacionais de proteção de direitos humanos possuem aplicabilidade imediata no ordenamento jurídico brasileiro, assim que ratificadas pelo governo brasileiro, dispensando-se a edição de decreto de execução.
- V A parte final do parágrafo 2.º do art. 5.º da Constituição Federal, segundo a qual os direitos e garantias expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, não se aplica aos tratados internacionais sobre direitos e garantias fundamentais que ingressaram no ordenamento jurídico brasileiro após a promulgação do texto constitucional vigente.

Estão certos apenas os itens

- A) I e III.
- B) I e V.
- C) II e IV.
- D) III e V.

QUESTÃO 95

J. F. Rezek. *Direito internacional público: curso elementar*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 301.

Considerando a figura acima, que ilustra limites do mar territorial de parte da costa brasileira, assinale a opção correta.

- A) O Estado brasileiro exerce soberania ilimitada sobre as águas interiores, inclusive sobre os navios de guerra que nelas se encontrem.
- B) As ilhas artificiais e as plataformas, assim como os baixios a descoberto, têm mar territorial próprio.
- C) O Estado brasileiro reconhece o direito de passagem inocente de navios, mercantes ou de guerra, de todas as nacionalidades, em seu mar territorial.
- D) O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de cerca de 370 km de largura, medida a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular.

QUESTÃO 96

Por intermédio de carta rogatória proveniente do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, objetivou-se proceder à citação de empresa domiciliada no Brasil, para que esta compusesse o pólo passivo de uma ação cível contra si movida pela empresa Gama perante a justiça inglesa.

Com referência à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A) A diligência requerida não poderá ser efetivada por violar a soberania nacional e a ordem pública, já que a justiça inglesa carece de competência para processar e julgar ação contra empresa domiciliada no Brasil.
- B) No momento da efetivação do ato citatório, é facultado à empresa domiciliada no Brasil manifestar sua recusa em se submeter à justiça inglesa, dependendo a eficácia dessa manifestação do disposto no ordenamento jurídico da justiça rogante.
- C) Da concessão ou denegação do *exequatur* não cabe recurso.
- D) Cumprida, a rogatória será devolvida ao STF, no prazo de dez dias, e por este remetida, em igual prazo, por via diplomática, ao governo inglês.

QUESTÃO 97

Carlos, de nacionalidade uruguaia e com permanência legal no Brasil, requereu ao STF a homologação da sentença prolatada por juiz da República Oriental do Uruguai, por meio da qual se declarou a dissolução da sociedade conjugal, por divórcio, havida com Maria de los Angeles Solano, também de nacionalidade uruguaia. Citada, a requerida apresentou contestação.

Considerando a situação hipotética apresentada, constitui matéria que extrapola os limites impostos à contestação em processo de homologação de sentença estrangeira

- A** a autenticidade dos documentos juntados aos autos.
- B** a competência do juiz prolator da sentença homologanda.
- C** os bens comuns existentes no Brasil, omitidos na sentença estrangeira homologanda.
- D** o trânsito em julgado e o preenchimento das formalidades necessárias à execução no local em que a sentença homologanda foi prolatada.

QUESTÃO 98

De acordo com a Constituição Federal, ocorrerá a perda da nacionalidade brasileira quando

- A** o brasileiro residente no exterior adquirir outra nacionalidade, por naturalização voluntária.
- B** a brasileira residente no exterior contrair matrimônio com estrangeiro.
- C** a brasileira naturalizada residente no Brasil divorciar-se do cônjuge brasileiro.
- D** o brasileiro tiver reconhecida outra nacionalidade originária por Estado estrangeiro que adota o critério do *jus sanguinis*.

QUESTÃO 99

Raul, de nacionalidade italiana, foi condenado, pelo Juízo da 1.ª Vara Federal do Estado do Espírito Santo, à pena de quatro anos de reclusão, como incurso nas sanções do art. 304 (uso de documento falso) combinado com o art. 71 (crime continuado) do Código Penal (CP), cuja sentença resultou confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela defesa. Tendo por base tal condenação, o Ministério da Justiça instaurou processo administrativo, culminando na expedição do decreto de expulsão datado de 29/7/1994 e publicado no Diário Oficial da União em 30/7/1994, na conformidade do art. 65 da Lei n.º 6.815, de 19/8/1980. Por sentença prolatada em 5/9/1994, o juiz da 1.ª Vara Federal do Estado do Espírito Santo, acolhendo manifestação do Ministério Público, houve por bem declarar extinta a punibilidade de Raul, conforme o art. 107, IV, do CP. Como é sabido, a expulsão de estrangeiro é ato de soberania, discricionário e político-administrativo de defesa do Estado, da competência privativa do presidente da República, a quem incumbe o juízo de conveniência e oportunidade da decretação do ato expulsório ou de sua revogação.

Em face da situação hipotética e dos esclarecimentos apresentados, os efeitos do decreto de expulsão seriam obstruídos por meio da impetração, perante o STF, de

- A** mandado de segurança contra ato do presidente da República, alegando-se a ilegalidade do ato expulsório por ter o expulsando filha brasileira sob sua guarda e dependência econômica, cujo reconhecimento se operou em 28/7/1994.
- B** *habeas corpus*, sendo coator o presidente da República, para impugnar o decreto expulsório em virtude de o expulsando possuir residência e emprego fixos no Brasil há mais de dez anos.
- C** mandado de segurança contra ato do presidente da República, por haver sido decretada judicialmente a extinção da punibilidade do crime que ensejou o processo administrativo de expulsão.
- D** *habeas corpus*, sendo coator o presidente da República, para impugnar o decreto expulsório por comprovado cerceamento de defesa do expulsando no curso do processo administrativo de expulsão.

QUESTÃO 100

Caso seja requerida ao governo da República Federativa do Brasil a extradição de um indivíduo por um Estado soberano, esse pedido não será concedido se o extraditando for

- I brasileiro nato.
- II brasileiro naturalizado e houver praticado crime comum após a naturalização.
- III brasileiro naturalizado e tiver participação comprovada em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, após a naturalização.
- IV português amparado pelo Estatuto da Igualdade, desde que a extradição tenha sido requerida pelo governo português, pela prática de crime comum.
- V estrangeiro casado com brasileiro há mais de cinco anos ou com prole brasileira sob sua guarda ou dependência econômica.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, II e IV.
- C** II, III e V.
- D** III, IV e V.

